

Roberto Vital Anau

Orientadora:
Profa. Dra. Sueli T. R. Schiffer

a

S TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO GRANDE ABC DE 1980 A 1999

046

pós-

RESUMO

Este artigo sintetiza minha dissertação, baseada em pesquisa de dados referentes ao Valor Adicionado, em nível de emprego, admissões e desligamentos de pessoal, nas décadas de 80 e 90, a qual indica uma forte liderança territorial do Grande ABC em processos de intensificação da produtividade do trabalho, com grande enxugamento de recursos humanos e incremento da geração de Valor Adicionado por empregado. A indústria de material de transporte e os segmentos a ela ligados protagonizaram esse processo. Concomitantemente, ocorre intensa terceirização do território econômico do ABC.

Os critérios de empregabilidade se tornaram fortemente restritivos no Grande ABC, descartando trabalhadores de ocupações industriais tornadas obsoletas, de faixas etárias mais avançadas, baixa escolaridade e do sexo masculino.

Conseqüentemente, houve uma precarização das condições de vida de setores populacionais mais frágeis diante desse novo padrão empregatício, refletindo-se na queda dos indicadores sociais dessa sub-região da metrópole paulista. Este segundo processo também ocorre sob liderança territorial do ABC nos contextos metropolitano e estadual.

Simultaneamente, os poderes públicos e agentes sociais se engajaram em uma progressiva e eficiente articulação regional, culminando com a criação da Câmara Regional do ABC em 1997, cujo mérito e limitações intrínsecas e extrínsecas são abordadas sinteticamente, nas considerações finais.

ABSTRACT

The present article is a synthesis of our research, based on the evolution of the value added and employment rate by economic sectors, concerning the formal labor market during the decades of 1980 and 1990, reveals the leadership of the Great ABC region on the process of intensification of productivity based on an increase of the value added per employee associate to a decrease of the total number of jobs. The automotive industry and its related industries were in the forefront of this process, which coexisted with an increasing predominance of the tertiary sector over the manufacturing sector.

More selective hiring criteria were introduced in the Great ABC manufacturers, with a sharp cut of the occupations associate to traditional middle level jobs and unskilled workers, affecting mainly males. As a result, has been increasing the precariousness of the quality of life of the local lower income population, which is expressed by the worsening of the social and economic indicators of this particular region of the São Paulo metropolitan area.

At the same time, the engagement of both, municipality managers and social agents, in a progressive and efficient regional alliance, allowed the creation of the ABC Regional Chamber in 1997, aiming at promoting the regional economic development. Albeit not discussing the worth of this specific institutional agreement, the article – as the research in which it is based – points out the economic sectors that could enhance social and economically the region, although emphasizing the constraints of this growth due to the present stage of the international accumulation process.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo sintetiza os resultados e as conclusões extraídas da pesquisa que nucleou minha dissertação de mestrado, apresentada em junho/2001 e aprovada com recomendação para publicação. A região-foco do estudo é o ABC paulista, constituído pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Símbolo da industrialização brasileira dos anos 50 a 70, a região já se industrializara na primeira metade do século 20. Os impactos sociais e políticos do padrão de acumulação que ela representou e de sua crise tiveram amplitude nacional. A pesquisa abrangeu os aspectos econômicos da crise ocorrida nas décadas de 80 e 90 e suas prováveis implicações sociais.

A pesquisa propriamente dita foi antecedida de um capítulo histórico, no qual a conformação do ABC, enquanto subespaço metropolitano com perfil de industrialização intensiva, é remetido às origens da ocupação territorial da região e às transformações havidas em sua base produtiva, associadas aos estágios atravessados pela economia da capital paulista e da área circundante. O traço característico da sub-região do ABC tem sido, ao menos desde o início do século 20, o pioneirismo no tocante aos processos econômicos que marcaram a capital e seu entorno metropolitano. Assim sucedeu com a fase inicial da industrialização, marcada pela substituição de importações de bens não-duráveis. O mesmo voltou a ocorrer com a passagem à fase de substituição de importações de bens duráveis, cujo símbolo maior foi a indústria automobilística sediada no ABC¹.

O estudo se baseou em indicadores de Valor Adicionado e emprego por setor (comércio, indústria e serviços) e gênero de atividade (subsetores), nas décadas de 80 e 90². Outro módulo da pesquisa buscou qualificar as movimentações de pessoal, discriminando as admissões e demissões do período por atributos dos trabalhadores envolvidos (ocupação, escolaridade, idade e gênero).

II. PRINCIPAIS RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA PESQUISA

II.1. Tendências gerais da economia regional do ABC

Uma primeira resultante das informações apresentadas é a observação de, no período 1980/98, que o ABC não sofreu propriamente uma desindustrialização à Detroit, como algumas avaliações repetiram ao longo da década estudada. A base industrial efetivamente se retraiu, processo que chegou a ser dramático em alguns segmentos. O complexo automotivo se ressentiu muito da perda de empregos, arrastando consigo outros setores. Não obstante, o que se verificou foi,

Notas

(1) A base territorial da primeira fase citada foram os atuais municípios de Santo André e São Caetano do Sul, enquanto a segunda se centrou em São Bernardo do Campo e Diadema.

(2) As fontes são a Secretaria da Fazenda e o Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente. Os cadastros utilizados sofrem restrições amplamente discutidas na dissertação.

ao lado desse estreitamento do mercado de trabalho, uma requalificação das empresas remanescentes na maioria dos setores analisados, cuja geração de riqueza por empregado acabou sendo maior que as da metrópole e do estado.

II.2. Principais resultados setoriais

Na indústria química observou-se um processo contraditório. De um lado, diversas empresas produtoras de tintas para construção civil na região, em virtude do baixo valor agregado de seus produtos, sofreram forte impacto dos custos de transporte na composição do preço final dos mesmos, reduzindo a lucratividade dessa linha de produção. De outro lado, as empresas produtoras de tintas para pintura e repintura automotiva estão cada vez mais atualizadas tecnologicamente para cumprir seu papel junto ao complexo automotivo. Dessa forma, essa linha de produtos e a respectiva pesquisa tecnológica, de desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos e produtos, tendem a permanecer na região. Assim, se a indústria química fosse subsegmentada, é bastante provável que se encontrassem indicadores de Valor Adicionado por empregado superiores no ABC, em relação às regiões abrangentes observadas, ao menos no segmento produtor de tintas para pintura e repintura automotiva. Há, pois, razões para cogitar a possibilidade de que, após um processo de deslocamento das linhas de produção não-condizentes com a vocação econômica da região do ABC, essa indústria volte a apresentar indicadores locais favoráveis.

Na indústria mecânica, a vantagem relativa do ABC não está configurada. A vocação da sub-região para este gênero de atividade é questionável. Empresas que no passado marcaram a paisagem e a cultura industrial local, como as Indústrias Villares, retiraram-se para outros locais. A grande crise enfrentada pela indústria brasileira de bens de capital, desde o Plano Collor, reforçada pela forte apreciação cambial do início do Plano Real, teve um impacto muito forte no ABC e na região metropolitana. É muito improvável que, na eventualidade de uma retomada dessa indústria, venham a ocorrer novas implantações no ABC.

A indústria de material elétrico e de comunicação é a única em que ficou caracterizada a efetiva perda de vantagem competitiva do ABC em relação à região metropolitana e ao estado, medida pelo Valor Adicionado por empregado.

No tocante às indústrias químicas, de plásticos e de borracha, seu futuro é indissociável daquele do complexo automotivo.

Neste último, por sua vez, reside o centro da problemática econômica do ABC. Estarão, as empresas locais, produtoras de veículos, obsoletas? Em 1997, reportagem especializada indicava ser este um problema grave para a planta local da Volkswagen, a qual, após a instalação de sua congênere em Rezende (RJ), estaria sucateada, segundo os indicadores de desempenho industrial vigentes na atualidade (*Gazeta Mercantil*, 18/12/1997, p. C-1). Dois anos após, a empresa decidiu pela total reconstrução de sua planta no ABC, símbolo maior da industrialização ocorrida desde os anos 50 na região. Essa decisão contradiz a

versão insistente sobre a inevitabilidade da desindustrialização do ABC. O mesmo ocorreu com outra decisão aparentemente paradoxal, ocorrida em 1998: a instalação, pela BMW, da fábrica brasileira de utilitários da marca britânica Land-Rover (adquirida pela multinacional alemã) em São Bernardo do Campo.

II.3. Observações gerais sobre os resultados da primeira pesquisa (Valor Adicionado e emprego)

De maneira geral, os dados revelam uma vantagem comparativa substancial do ABC nas indústrias de material de transporte e metalúrgica. Evidentemente, isso está fortemente relacionado à retração muito significativa do número de empregados em ambas, bastante conhecidos da opinião pública. O fato é que, embora à custa de demissões volumosas com sérias conseqüências sociais e até ambientais em escala regional, tais indústrias desenvolveram uma capacidade de geração de riqueza com menor número de empregados, que as torna bastante competitivas *vis-à-vis* a metrópole e o estado. Sem dúvida, é necessário estender o horizonte de análise em âmbito nacional para poder extrair conclusões mais definitivas de um processo dinâmico por sua própria natureza. Mas ao menos no período observado, a vantagem relativa do ABC se manteve.

Por sua vez, os serviços, onde o ABC apresentou, no período enfocado, menor vitalidade que as regiões abrangentes, em termos de Valor Adicionado, são inquestionavelmente um escoadouro da oferta de mão-de-obra local. Um alvo do trabalho foi a comparação absoluta do número de empregos na indústria e nos serviços. Os resultados ilustram os desafios enfrentados pelas regiões atingidas pela terceirização, de que no caso do ABC é emblemático. A perda líquida de empregos na região foi devastadora, mesmo considerando a absorção de novos contingentes de força de trabalho pelo setor terciário tomado em conjunto. Verifica-se que, no período 1986/98, a indústria extinguiu mais de 179 mil postos de trabalho, enquanto os serviços criaram cerca de 67 mil; o comércio, aproximadamente 14 mil; e a administração pública, pouco mais de 5 mil. Restou, assim, um saldo de quase 100 mil empregos perdidos, se compararmos a indústria apenas com o comércio e os serviços, ou 93 mil, se incluirmos a administração pública no levantamento.

A comparação com a região metropolitana e o estado de São Paulo mostra uma inequívoca desvantagem do ABC no processo de terceirização dos empregos. Do total de empregos industriais perdidos no período observado, desconsiderando o setor público, 55,0% ficaram sem reposição pelo terciário no ABC, contra 44,6% na metrópole e apenas 23,3% no estado. A inclusão da administração pública no terciário reduz essa perda líquida para 52,0% no ABC, 28,6% na RMSP e 9,9% no estado.

A mesma confrontação evidencia o peso territorialmente diferenciado da indústria, não obstante se trate de três regiões altamente industrializadas. Já no início do período, o terciário – somando-se o comércio e os serviços – absorvia um

contingente de empregados 42,9% maior que a indústria no estado; 45,9% maior na metrópole; e de apenas 46,9% desse contingente no ABC (isto é, 53,1% menor). Por sua vez, o incremento do terciário nos 12 anos considerados foi de 24,4% no estado, 23,6% na RMSP e 49,5% no ABC, enquanto as perdas da indústria no mesmo intervalo de tempo foram de 38,7% no estado e 48,3%, tanto na região metropolitana como no ABC.

Conclui-se que a presença de um terciário mais forte nos territórios abrangentes funcionou como um colchão amortecedor do impacto do desemprego provocado pela indústria, processo de que o ABC não pôde se beneficiar, devido à desproporção pró-indústria de sua estrutura econômica.

Os segmentos de material de transporte, metalurgia e mecânica responderam por praticamente 2/3 da eliminação de empregos do total da indústria na sub-região. Acrescentando-se as indústrias de borracha e química, atinge-se 80,0% de todas as demissões ocorridas na indústria local entre 1986 e 1998. Constata-se o quanto o setor secundário é mais concentrado no ABC em relação ao seu entorno: nas outras duas áreas, a participação acumulada dos três maiores segmentos não atinge metade dos empregos industriais perdidos. Além disso, tanto na metrópole como no estado a indústria têxtil predomina nas demissões, diferentemente do ABC.

Conclui-se que o setor metal-mecânico, polarizado pela produção automotiva, determina a dinâmica do mercado de trabalho da sub-região, tendo retraído agudamente o nível de emprego local; e que o terciário criou postos de trabalho em proporção equivalente a 48,0% daqueles destruídos pela indústria.

A forte dependência da sub-região de um segmento industrial marcado pela chamada reestruturação produtiva é um “calcanhar-de-aquiles” que requer medidas estimuladoras de uma diversificação da economia do ABC. Por sua vez, mesmo desconsiderando os aspectos qualitativos não-abordados neste trabalho, no plano meramente quantitativo o terciário não foi capaz de compensar o estrago social realizado pela indústria, se não em parte. Isso indica a necessidade de, simultaneamente, reforçar a terceirização em curso, diversificar as atividades industriais e ampliar o leque de atividades econômicas na sub-região, para enfrentar o enorme desafio do desemprego estrutural.

II.4. Principais resultados da pesquisa sobre movimentação de pessoal

Na observação das admissões e desligamentos de pessoal por ocupação, constata-se forte perda nas categorias ocupacionais mais ligadas aos processos industriais estritos, especialmente aqueles tornados obsoletos pelas transformações tecnológicas e organizacionais da indústria, destacando-se os trabalhadores na usinagem de metais; ajustadores mecânicos; técnicos e desenhistas técnicos; agentes de mestria; encanadores, soldadores, chapeadores e caldeireiros; e operadores de máquinas fixas e de equipamentos. Essas categorias,

predominantes nas demissões líquidas no ABC, também tiveram destaque nos saldos negativos das regiões abrangentes, embora em posições distintas e acompanhadas de outras menos relevantes no ABC – especialmente os gerentes, chefes administrativos e trabalhadores em contabilidade. Em compensação, categorias mais ligadas aos serviços e ao comércio, em geral de tipo mais tradicional, estiveram no topo da lista dos mais admitidos nas três regiões estudadas. Todavia, contrariando o que talvez fosse esperado em uma abordagem focada excessivamente nas novas tecnologias e processos produtivos, não foram as ocupações mais sofisticadas e inovadoras (por exemplo, ligadas à informática e telemática), mas as de cunho mais tradicional, as que mais contribuíram para a absorção de novos contingentes de trabalhadores.

A mesma observação, voltada ao atributo escolaridade, comparando-se o estado, a região metropolitana e o ABC, revela algumas tendências estruturais do mercado de trabalho. A principalidade do grupo com primeiro grau completo na ampliação do nível de emprego é comum às três áreas territoriais enfocadas, ficando o segundo posto com o grupo com segundo grau completo. Por sua vez, o grupo dos analfabetos absolutos e funcionais e o da quarta até a oitava série incompleta apresentam resultados fortemente negativos no ABC, parcialmente negativos (mas contrabalançados pelos demais) na região metropolitana e negativo apenas para o primeiro deles no estado. Nas três regiões, esse processo discriminatório está focado na indústria, sendo o terciário um contrapeso de intensidade variável, mas sempre simetricamente oposto à indústria.

Observa-se, assim, uma espécie de progressão territorial de um processo de exclusão socialmente perverso, atingindo os trabalhadores de mais baixa escolaridade de forma mais intensa no ABC, intermediária na metrópole e inferior no estado. Essa gradação se verifica nos dois grupos de escolaridade inferior. No ABC, ambos forçaram a ocorrência de um saldo total negativo; na metrópole, foram contrabalançados pelos demais grupos e no estado, seu peso negativo teve pouca influência no saldo total positivo³.

Se esses dados indicam algo, é a irradiação de uma tendência de rejeição dos trabalhadores menos escolarizados pelas indústrias de maior sofisticação tecnológica, a partir dos espaços territoriais onde essas indústrias são mais concentradas, para aqueles em que as mesmas são mais difusas.

No tocante à idade, os resultados da movimentação de pessoal nas três regiões em exame mostram uma tendência inequívoca à substituição de empregados maduros por outros mais jovens. Tipicamente, esse processo de troca envolveu a faixa dos 18 aos 24 anos, mais demandada pelas empresas, e a dos 30 aos 39 anos, mais descartada. O processo teve características muito semelhantes entre as três regiões enfocadas, percebendo-se que o ABC simplesmente acompanhou a trajetória mais geral da economia. A indústria liderou o processo, seguida de perto pelo comércio, enquanto os serviços possibilitaram alguma manutenção dos empregos para pessoas até 39 anos. A

(3) Cumpre salientar que as incongruências dos dados coletados são exaustivamente discutidas na dissertação. O resultado desses dados é mais ameno que o da maioria dos levantamentos parciais existentes e da própria observação imediata. As motivações dessas discrepâncias são aventadas e um alerta é feito, no sentido de se tomar as informações como indicativas de tendências e de proporções intersetoriais e inter-regionais, mais do que como números absolutos.

administração pública se mostrou menos discriminatória em relação a trabalhadores com idade até 50 anos.

Na distribuição dos movimentos de pessoal por gênero nas três regiões em estudo, verifica-se a configuração de uma tendência semelhante à assinalada no tocante aos níveis de escolaridade. Os dados mostram a irradiação de um processo de substituição de trabalhadores do sexo masculino por outros do sexo feminino, tanto maior quanto mais concentrada é a indústria nos territórios em questão. Do conjunto do estado para o ABC tomado singularmente, o predomínio das mulheres vai se tornando incontrastável nas novas vagas criadas: vantagem de 32,0% no primeiro, de 200,0% na metrópole e mais que simetricamente oposto no ABC (demissões masculinas líquidas em volume equivalente a 2,23 vezes as admissões femininas líquidas). O foco desse processo é, como sempre, a indústria de transformação, na qual a perda masculina é de oito vezes a sofrida pelas mulheres no ABC, mantendo-se entre três e quatro vezes na metrópole e no estado.

Embora parte dessa tendência esteja radicada na entrada das mulheres no mercado de trabalho – fato em si mesmo positivo – é bastante provável que essa acentuação extrema do processo, nas áreas mais industrializadas e submetidas com maior intensidade às conseqüências da globalização, esteja ligada à busca por todos os meios de redução do custo da mão-de-obra, em um país em que os salários são sabidamente desiguais entre os dois gêneros.

Desta forma, os resultados da segunda pesquisa, sobre a movimentação de pessoal por atributos, evidenciaram algumas macrotendências, em geral confirmando o que genericamente veio se afirmando como senso comum acerca das novas características da empregabilidade. Resumidamente, a reestruturação industrial em curso desde meados dos anos 80 levou, em primeiro lugar, à extinção de vagas tipicamente industriais. Em compensação, categorias mais ligadas aos serviços e ao comércio, em geral de tipo mais tradicional, estiveram no topo da lista dos mais admitidos nas três regiões estudadas. Em segundo lugar, no tocante à escolaridade, o cerne das mudanças ocorridas foi a substituição de trabalhadores com até o primeiro grau incompleto por aqueles que completaram este nível ou o segundo grau. Em relação às faixas etárias, observa-se tipicamente a troca de empregados entre 30 e 39 anos por outros entre 18 e 24 anos. Finalmente, o processo de mudança estrutural do mercado de trabalho foi marcado pela troca de homens por mulheres nos novos empregos. A indústria responde pelo impulso maior desses processos e o ABC esteve, em todos os casos, exceto no aspecto etário, na dianteira dessas tendências em relação à metrópole e ao estado.

Verifica-se, assim, um processo socialmente perverso em curso, cujas linhas de força apontam para a extinção de postos de trabalho na indústria, apenas parcialmente compensados por outros nos serviços; pela troca de trabalhadores menos escolarizados por outros com maior escolaridade; de empregados situados

na maturidade por jovens; de homens por mulheres. Alguns desses traços poderiam, em si mesmos, ser considerados positivos, como a abertura do mercado de trabalho para os jovens e as mulheres; no entanto, o custo social do processo, marcado pela perda de empregos por homens, em idade madura – provavelmente chefes de família – com baixa escolaridade (ou seja, com grandes probabilidades de precarização definitiva de sua situação socioprofissional), tem sido enorme. O impacto social dessa reestruturação econômica é mais nítido no ABC, visto que, como notado acima, trata-se de tendências que se irradiam das regiões de maior concentração industrial para as de industrialização mais difusa. A extensão das ocupações precárias na região de proteção dos mananciais, os altos índices de criminalidade da região – com municípios que já atingiram posições de destaque no *ranking* dos mais assolados por esse mal social – a devastação ambiental e as habitações de risco, mesmo fora da área de proteção dos mananciais, são evidências do processo mencionado.

O mais grave nesse contexto é o fato de o ABC manter, em grande parte, seu caráter de região altamente industrializada. Se é verdade que municípios como São Caetano do Sul e, especialmente, Santo André, atravessam processos de intensa terceirização, com a substituição crescente da indústria pelo comércio e serviços em sua base econômica⁴, por outro lado, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá preservam seu caráter de cidades baseadas essencialmente na indústria. A reconstrução da Volkswagen em São Bernardo, indústria que de certa forma simbolizou o complexo automotivo na região, é um forte indicador dessa preservação, com alto grau de modernização. Isso significa que a reestruturação industrial em curso produz conseqüências socialmente indesejáveis e que desafiam a sociedade a encontrar respostas capazes de gerar renda, emprego e oportunidades de vida digna aos cidadãos excluídos do mercado de trabalho.

Concomitantemente, a gradação acima assinalada nos processos de exclusão dos menos aptos a manter-se no “novo” mercado de trabalho, que se irradia dos centros mais para os menos industrializados, aponta para o agravamento das condições sociais nas regiões de industrialização mais difusa, ainda não atingidas plenamente pelas novas tendências no plano laboral. Nesse sentido, o ABC indica um futuro intranqüilizador para a sociedade paulista e brasileira. Felizmente, a própria região se articula em organismos de interação entre os poderes públicos e a sociedade civil, para fazer frente às conseqüências danosas das transformações em curso, apontando, por essa via, perspectivas promissoras para as demais regiões do estado e do país.

(4) Com o importante adendo que a permanência da General Motors, em São Caetano, e da Rhodia e da Petroquímica União, em Santo André, impedem que se fale desses municípios como cidades ex-industriais.

III. CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação combinada das estatísticas de Valor Adicionado, nível de emprego, contratações e demissões de pessoal no Grande ABC, validou as hipóteses cuja avaliação era o propósito da dissertação. Em primeiro lugar, o Grande ABC liderou processos de ampliação do Valor Adicionado e de enxugamento da força de trabalho no mercado formal, nos contextos metropolitano e estadual. Esses processos foram mais evidentes nos anos 90. A indústria de material de transporte exerceu forte influência emuladora sobre os segmentos dela tributários, no sentido de aperfeiçoarem seus métodos de gestão, seja nas áreas de compras de insumos e vendas ao mercado final – isto é, nas políticas “externas” das empresas, essenciais para aumentar a diferença bruta entre faturamento e gastos com insumos – seja no *front* interno, com aumento generalizado da produtividade do trabalho à custa do nível de emprego. As novas tecnologias, baseadas na informática e na robótica, e os novos padrões de organização industrial, como a produção celular e outros, permitiram a essas indústrias extrair o máximo de produção de um corpo cada vez menor de empregados.

O que se observa é a permanência de uma indústria competitiva, centrada na produção de veículos automotores e na dos insumos, componentes e acessórios para essa linha de produção. A competitividade foi assegurada pela combinação entre aumento do Valor Adicionado e redução drástica de empregos, processos nos quais – ressalta-se – o ABC exerceu liderança territorial sobre as áreas abrangentes. A concentração sub-regional chegou a aumentar no segmento automotivo, *vis-à-vis* as duas regiões de comparação.

A permanência industrial supracitada é cada vez mais restrita em termos de oferta de empregos. Também se restringe em termos espaciais, na própria sub-região. Os dois municípios pioneiros da industrialização local – Santo André e São Caetano – passam por intensa terceirização de suas respectivas economias. O peso relativo da indústria tende a cair e sua presença absoluta, a estagnar ou mesmo se retrain. São Bernardo, Diadema e Mauá (esta última, basicamente devido à Refinaria de Capuava e segmentos dela derivados) mantêm forte presença industrial, sujeita aos processos descritos acima, embora também tenham vivenciado processos de evasão de indústrias – alguns deles, dramáticos.

Por sua vez, o setor terciário se expande no ABC desde o final dos anos 80 e intensifica essa expansão na última década do século 20. A instalação, pela rede varejista norte-americana Wall-Mart, de sua primeira loja brasileira em Santo André, é reveladora do potencial de consumo da sub-região como um todo. Ao lado do comércio, os serviços crescem e diversificam-se, absorvendo importante contingente de empregados locais. No entanto, esse processo está muito longe de contrabalançar o estreitamento do mercado de trabalho

industrial. Além disso, a transferência para o terciário tem sido acompanhada por perdas de renda e de padrões de vida e consumo pelos trabalhadores transferidos.

Convém ressaltar que as observações acima foram bastante coerentes com os dados já publicados da Pesquisa de Atividade Econômica do ABC (PAE-ABC), parte da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista realizada pela Fundação Seade sobre o ano-base de 1996, com expansão do espectro amostral para o ABC. As informações sobre concentração empresarial em termos de Valor Adicionado e empregos, sobre o peso das grandes empresas na economia local e sobre o predomínio setorial são, essencialmente, as mesmas, ainda que a PAE-ABC se refira a uma base temporal pontual (o ano de 1996). Além disso, os segmentos mais inovadores da indústria local são, grosso modo, os mesmos que apresentaram indicadores favoráveis de competitividade neste trabalho.

Por outro lado, houve uma dramática alteração nos critérios de movimentação de pessoal das empresas sediadas na região. Observou-se uma intensa troca de posições, entre ocupações tipicamente industriais por outras tradicionais no terciário, de analfabetos absolutos e funcionais por pessoas com primeiro e segundo graus completos, de empregados maduros por jovens e de homens por mulheres. O efeito social destas mudanças pode resumir-se na precarização definitiva de amplo contingente de homens maduros com baixa ou nenhuma escolaridade.

Deve-se notar que a terceirização não é totalmente auto-sustentável na sub-região, como se poderia crer. O nível de renda mais elevado em relação ao entorno e o próprio desequilíbrio da estrutura econômica local, com carência de atividades comerciais e de serviços em escala suficiente para atender à população local, são fatores de duração limitada. A indústria é a fonte dos rendimentos elevados – sempre tendo como referência os territórios abrangentes – da maior parte dos chefes de família do ABC. O estreitamento do mercado de trabalho industrial tende a minar o terreno que favoreceu, da origem até os nossos dias, a ampliação do setor terciário local. Mais ainda, a enorme seletividade do mercado de trabalho atua no sentido de piorar as condições de vida e dos padrões de consumo de parcelas expressivas da população local, limitando as possibilidades de expansão da economia sub-regional.

O pioneirismo do ABC nos processos de modernização industrial associado à globalização e à reestruturação produtiva consubstancia-se na liderança territorial da sub-região em face da metrópole e do estado. Essa liderança não possui qualquer mérito social intrínseco, mas constitui a razão de ser da continuidade do setor industrial do ABC, ainda que substancialmente alterado em termos setoriais, de empresas e de composição capital-trabalho no interior das mesmas. A terceirização de atividades industriais faz parte desse processo. A seu lado, avança a terceirização do território econômico do Grande ABC, processo iniciado no final dos anos 80 e intensificado na década de 90, cujo potencial, como já dito,

poderá enfrentar limites em futuro próximo, decorrentes do estreitamento do mercado de trabalho industrial.

O caráter regressivo das transformações sofridas pela economia sub-regional foi outra hipótese confirmada pelos levantamentos realizados. Houve uma perda imensa de empregos industriais não-compensados pelo terciário e tem ocorrido um crescente descarte pelo mercado de trabalho local de trabalhadores subalfabetizados, maduros e do sexo masculino. Além disso, os empregos terciários que mais cresceram em lugar das ocupações industriais perdidas são do tipo tradicional (nas áreas administrativa e burocrática, sem vínculo estrito com as novas tecnologias), não ensejando a possibilidade de remuneração e benefícios semelhantes aos da indústria.

Evidentemente, há ganhadores nesses processos. Os trabalhadores industriais remanescentes, embora sempre sobressaltados ante o risco de novos deslocamentos industriais – vide a recente luta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pela permanência da atual planta da Ford em São Bernardo do Campo – tiveram acrescentadas novas habilidades profissionais e conhecimentos técnicos. As camadas gerenciais e administrativas, bastante reduzidas no período examinado, representam inquestionavelmente um acervo de recursos humanos qualificados nessas funções, as quais, até por serem hoje mais rarefeitas, exigem muito mais de seus titulares. E, evidentemente, os executivos, os empresários locais e os segmentos socioprofissionais mais ligados a eles se situam em posição socioeconômica favorecida.

O panorama local é marcado pelo contraste entre, de um lado, ocupações de grande amplitude na área de proteção aos mananciais – muitas delas, já consolidadas em termos urbanos e até de infra-estrutura – e outras em áreas de risco, assim como por indicadores sociais preocupantes, com avanço da favelização e da criminalidade – ou seja, um quadro de precarização da qualidade de vida de expressivos contingentes populacionais; e, de outro lado, a ascensão socioeconômica dos segmentos favorecidos pelos processos em curso na sub-região. A polarização social se acentua e já se refletiu, em anos recentes, pela emergência de movimentos juvenis de cunho racista e de intolerância com migrantes.

Simultaneamente, os poderes públicos locais vêm, desde o final dos anos 80, estreitando suas inter-relações e a própria sociedade civil tem se mobilizado para fazer frente aos desafios indicados. Surgiram, assim, ao longo do tempo, o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, o Fórum da Cidadania do Grande ABC e o Subcomitê Billings/Tamanduateí, este último no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Este processo culminou com a criação, em 1997, da Câmara Regional do Grande ABC e, a partir desta, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Trata-se de iniciativas dos agentes políticos, sociais e econômicos locais que decidiram não assistir passivamente às transformações assinaladas e organizar-se para enfrentá-las conjuntamente.

Essa última observação suscita um comentário acerca de um tema abordado na dissertação como ressalva política geral. Trata-se da possibilidade de uma região como o ABC, dispendo de ampla gama de instituições voltadas à articulação regional, enfrentar positivamente os desafios postos pela nova ordem mundial – a globalização capitalista e sua denominada reestruturação produtiva – e sua forma específica de reprodução no Brasil. Será possível encontrar alternativas de desenvolvimento regional capazes de confrontar as tendências à regressão social impostas pelo capitalismo globalizado?

Minha opinião é que não se deve alimentar expectativas irrealistas a esse respeito. O atual padrão de acumulação capitalista, em nível internacional, implica necessariamente na exclusão de setores sociais, países e regiões em escala crescente, em relação às possibilidades de uma vida com um mínimo de aceitabilidade, nos parâmetros da civilização contemporânea. A extrema mobilidade dos capitais, as regras cada vez mais supranacionais de regulação da atividade econômica, a limitação cada vez maior da esfera pública em relação à privada, retiram cada vez mais das comunidades locais a aptidão para autodeterminar sua trajetória e seus padrões de desenvolvimento.

Nessas condições, não há como atribuir grande autonomia aos poderes públicos e aos agentes sociais de uma determinada região, diante de capitais dotados de extrema mobilidade e diretrizes de regulação que transcendem as fronteiras nacionais. Quando, ademais, a região integra um território nacional submetido a políticas macroeconômicas de corte neoliberal, comprometidas com a integração subordinada ao capitalismo globalizado e com a redução do poder público às dimensões do Estado mínimo, descartando o papel indutor e fomentador do desenvolvimento antes atribuído ao Estado e tratando antes o cidadão como consumidor de serviços privados em lugar de públicos – situação em que o determinante do consumo é a renda do indivíduo demandante – a restrição acima se torna aguda.

Essas considerações não pretendem argumentar a favor da passividade em face dos movimentos autônomos do capital. Trata-se de ponderar os limites de uma articulação regional como a existente, em um contexto como o do Brasil da atualidade. O ABC vem ocupando papel de vanguarda nesse processo de regionalização e seguramente a experiência concreta dos órgãos regionais lá constituídos servirá de parâmetro para outras iniciativas do gênero em outras regiões.

A implementação de políticas estimuladoras de um desenvolvimento regional com algum conteúdo endógeno é, certamente, possível. Para além do efeito local imediato, seu papel também é o de resgatar a noção do poder público como indutor e promotor do desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais e regionais, além de um contrapeso aos movimentos autônomos do capital, muitas vezes danosos a segmentos sociais mais desprotegidos e a regiões inteiras, mesmo entre as mais pujantes. Neste sentido,

as experiências em curso no ABC podem ser um estimulador de iniciativas que se contraponham à tendência predominante e avancem no sentido de criar alternativas de desenvolvimento regional e nacional.

BIBLIOGRAFIA⁵

(5) A bibliografia completa se encontra na dissertação constante do acervo da Biblioteca da FAUUSP e IMES (São Caetano do Sul).

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisas*, n. 1, Santo André, out. 1999.
- _____. A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, n. 2, Santo André, fev. 2000.
- ANAU, Roberto V. *Tendências econômicas do município de São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, 1992. Estudo apresentado como subsídio à elaboração do Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- AZZONI, Carlos Roberto. *Reversão da polarização no Brasil? O novo endereço da indústria em São Paulo*. São Paulo: FEA-USP, mimeo., s/d.
- CÂMARA REGIONAL DO ABC. *A região encontra soluções. Planejamento regional estratégico* – Documento. Santo André: Câmara Regional do ABC, 2000.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DO ALTO TIETÊ E DO TAMANDUATÉ. *Fórum ABC Ano 2000*, Santo André, 2000.
- DEÁK, Csaba. O mercado e o estado na organização espacial da produção capitalista, *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 28, 1989.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. Da terceirização aos “consórcios modulares” e “condomínios industriais”. *Boletim da Dieese*. São Paulo, abr. 1997.
- FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *PED: Pesquisa Emprego Desemprego*. São Paulo: SEADE, 1999.
- GUNN, Philip O. M. *Indústria automobilística nos anos recentes: As inflexibilidades da “globalização”*. São Bernardo do Campo, mar. 1992. Trabalho apresentado como subsídio ao Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- _____. *A indústria automobilística no Brasil: A estagnação e a recessão nos anos recentes*. São Bernardo do Campo, abr. 1992. Trabalho apresentado como subsídio ao Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- _____. *Uma nova geografia industrial emergente: Um prognóstico da economia urbana em São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, maio 1992. Trabalho apresentado como subsídio ao Plano Diretor de São Bernardo do Campo.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR – IMES. *Pesquisa socioeconômica do ABC*. São Caetano do Sul: IMES.
- KLINK, Jeroen. *O novo regionalismo: O caso do ABC paulista*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- LANGENBUCH, J. R. *Estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- LIPIETZ, Alain. O local e o global: Personalidade regional ou inter-regionalidade? *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 38, 1994.
- LIPIETZ, A., LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 25, 1988.

- MATTEO, Miguel. *As características da indústria do estado de São Paulo nos anos noventa – Texto sobre as informações obtidas pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP)*. São Paulo: Fundação Seade, s/d, mimeo.
- MATOS, Odilon N. de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, A. *A cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana. V. II*. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- PETRONI, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, A. *A cidade de São Paulo, Estudos de Geografia Urbana. V. II*. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- RAINNIE, Al. The reorganization of large firm subcontracting: Myth and reality. *Capital and Class*, n. 49, 1993.
- SCHIFFER, Sueli T. R. (Coord.). *Região Metropolitana de São Paulo. Globalização da economia e impactos urbanos*. São Paulo: INFURB, 1999.
- _____. São Paulo: The Challenge of Globalization in an Exclusionary Urban Structure. In: SASSEN, Saskia. *Global cities. The impact of transnationalism and telematics*. Tóquio: United Nations University/Institute of Advanced Studies. Blackwell, 2000. (Forthcoming)
- SCOTT, Allen, STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: Uma crítica e reconstrução teórica. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 25, 1988.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC E DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *Rumos do ABC. A economia do Grande ABC na visão dos metalúrgicos*. São Bernardo do Campo: DIEESE, 1995.
- SOUZA, M. C. A. F. (Coord.). *Diagnóstico social-econômico, tendências e potencialidades dos municípios e região do Grande ABC*. São Paulo: Sebrae – PRODER, 1998. Mimeo.

PALAVRAS-CHAVE:

Economia regional, reestruturação produtiva, sub-região metropolitana, região do ABC, terciarização, indústria.

Roberto Vital Anau

Economista pela FEA-USP, mestre pela FAUUSP, professor de economia na Universidade Anhembi-Morumbi.